

Mobilidade intrametropolitana, redes sociais e vulnerabilidade: um estudo da Região Metropolitana de Campinas – Brasil *

José Marcos Pinto da Cunha*

Resumo

Enquanto o papel das regiões metropolitanas é sempre destacado nos estudos sobre os processos migratórios nacionais e estaduais, existem poucos estudos preocupados com o que ocorre em termos intrametropolitanos. Analisar o processo migratório envolvendo uma região metropolitana significa não apenas considerar as várias formas de mobilidade que esse tipo de aglomeração engendra, mas também assumir que a mobilidade residencial não pode ser entendida apenas como um fenômeno ligado aos condicionantes relativos ao mercado de trabalho; outras questões deveriam ser consideradas como o mercado de terras, a busca por melhores condições de infra-estrutura, amenidades etc. Além disso, elementos como a experiência ou conhecimento prévios sobre a região, e a disponibilidade de capital social ou, mais especificamente, redes sociais estabelecidas também deveriam ser consideradas tendo em vista que estas podem influenciar a mobilidade espacial e mesmo social dos indivíduos ou famílias, especialmente aquelas de baixa renda. Utilizando dados de uma pesquisa de campo especialmente desenhada para esse tipo de questão, este trabalho foi concebido para analisar os deslocamentos populacionais dentro de uma das metrópoles brasileiras, a RM de Campinas, buscando delinear as principais características destes movimentos e, sobretudo, das pessoas que o realizam.

* Trabalho apresentado no IV Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Havana, Cuba de 16 a 19 de Novembro de 2010.

* NEPO/UNICAMP, Brasil // zemarcos@nepo.unicamp.br

Ao final dos anos 60, o Brasil inicia um processo acelerado e progressivo de metropolização, especialmente na região sudeste. Nesse processo, o papel da migração cumpriu papel preponderante sendo sempre citado como uma das principais causas das elevadas taxas de crescimento nas maiores aglomerações urbanas, sobretudo em função dos deslocamentos populacionais provenientes do nordeste e sul do país. Assim, essa expansão tanto física quanto demográfica das regiões metropolitanas tem sido uma grande preocupação de pesquisadores de várias áreas do conhecimento como a sociologia, geografia, urbanismo e, claro, a demografia.

Não obstante essa importância, a dinâmica metropolitana não tem sido muito explorada no que se refere à mobilidade da população, especialmente aquela que ocorre em seu interior. De fato, enquanto o papel das regiões metropolitanas é sempre destacado nos estudos sobre os processos migratórios nacionais e estaduais, pouco foi produzido sobre sua dinâmica interna no que se refere aos deslocamentos populacionais.

É bem verdade que vários estudos no Brasil já mostraram a importância da migração intrametropolitana em regiões de grande concentração demográfica como são os casos da RM de São Paulo (Cunha, 1994 and Antico, 2003), Rio de Janeiro (Lago, 2000), e Belo Horizonte (Matos, 1994 e Rigotti e Rodrigues, 1994), no entanto, considera-se que ainda muitas questões continuam em aberto, seja pela falta de dados específicos, seja por uma menor preocupação com estas questões por parte dos demógrafos.

Dessa forma, analisar o processo migratório envolvendo uma região metropolitana significa não apenas considerar as várias formas de mobilidade que esse tipo de aglomeração engendra, mas também assumir que a mobilidade residencial não pode ser entendida apenas como um fenômeno ligado aos condicionantes relativos ao mercado de trabalho, mas também a outros como o mercado de terras, a

busca por melhores condições de infra-estrutura, amenidades etc. Além disso, outros elementos como a experiência ou conhecimento prévios sobre a região, e a disponibilidade de capital social ou, mais especificamente, redes sociais estabelecidas deveriam ser consideradas tendo em vista que estas podem influenciar a mobilidade espacial e mesmo social dos indivíduos ou famílias, especialmente aquelas de baixa renda.

Tampouco se pode ignorar outros elementos demográficos como o ciclo vital familiar e suas influências sobre as estratégias adotadas para enfrentar os problemas do dia-a-dia destas pessoas. Utilizando dados de uma pesquisa de campo especialmente desenhada para esse tipo de questão, este trabalho foi concebido para analisar os deslocamentos populacionais dentro de uma das metrópoles brasileiras, a RM de Campinas, buscando delinear as principais características destes movimentos e, sobretudo, das pessoas que o realizam.

Nesse sentido, será dada ênfase também à influência e/ou incidência das redes sociais no processo migratório, bem como as possíveis relações entre estes aspectos e a vulnerabilidade das famílias.

Considerações teóricas: mobilidade especial, redes sociais e vulnerabilidade.

As relações entre migração, ou de maneira mais ampla a mobilidade residencial da população, e as redes sociais tem sido considerada como questão relevante, sobretudo no caso da migração (Massey (1987), Tilly (1990), Boyd, 1989 entre outros). De fato, o papel das redes familiares, ou de maneira mais genérica, das redes sociais no direcionamento, incremento e manutenção dos fluxos migratórios é reconhecido como elemento importante para o entendimento do processo migratório.

No obstante tal reconhecimento, até onde se tem conhecimento, para o Brasil são escassos os estudos mais contemporâneos que tentam abordar essa relação no caso da migração interna. Por certo, a existência destas redes é fato inquestionável, assim como os seus efeitos não somente no direcionamento dos fluxos migratórios, mas, sobretudo, sobre as condições de inserção dos migrantes em seus lugares destino. Nesse sentido poder-se-ia pensar nos impactos positivos (solidariedade, informação, suporte financeiro etc.) destas relações sobre a vulnerabilidade das pessoas.

O conceito de vulnerabilidade aqui utilizado refere-se à “incapacidade de uma pessoa ou de um domicílio para aproveitar-se das oportunidades , disponíveis em distintos âmbitos socioeconômicos, para melhorar sua situação de bem-estar ou impedir sua deterioração.” (Kaztman, 2000: 7, tradução livre). Segundo Kaztman esta condição seria resultante de uma “defasagem ou assincronia entre os requerimentos de acesso das estruturas de oportunidades¹ que oferecem o mercado, o Estado e a sociedade e os ativos dos domicílios que permitiriam aproveitar estas oportunidades” (Kaztman, 2000,p.2, tradução livre).

Poder-se-ia pensar, portanto, em um agregado de condições e/ou características em várias dimensões que, acionadas em conjunto ou mesmo de maneira individualizadas, poderiam converte-se em elementos (ativos) capazes de aumentar a capacidade de respostas aos riscos propriamente ditos e, portanto, aos efeitos de ocorrências ou condições (estruturais ou conjunturais) que afetam as condições de bem-estar.

¹ Segundo Kaztman e Filgueiras (2006) “as estruturas de oportunidades definem-se em termos das oportunidades de acesso a bens, serviços ou atividades que incidem sobre o bem-estar dos domicílios, seja porque os fazem usar seus próprios recursos mais facilmente, sejam porque lhes possibilitam outros, úteis para que integrem a sociedade por meios dos canais existentes” (p.72). Ainda segundo os autores esse termos “indica que rotas do bem-estar estão estreitamente vinculadas entre si, de modo que o acesso a determinados bens, serviços e oportunidades provê recursos que facilitam o acesso a outras o oportunidades” (p.72).

Nesse sentido, poder-se-ia pensar na mobilidade com potencial para afetar a vulnerabilidade dos indivíduos ou famílias, na medida em que essa “capacidade de mobilidade geográfica” (Kaztman, 1999a) poderia influenciar na acumulação ou mesmo perdas de ativos, entre estes, o capital social.

Por exemplo, ao considerar que a questão habitacional pode representar um dos principais problemas a serem enfrentados ao se chegar e, portanto, para se permanecer na metrópole, a mobilidade espacial poderia ser vista como uma estratégia para se tentar resolver tal dificuldade. De fato, uma vez que o espaço ocupado seria a reificação do espaço socialmente construído (Bourdieu, 2003), a mobilidade poderia contribuir para superar as limitações impostas pelo mercado de terras para segmentos sociais da população metropolitana. No entanto, também se pode pensar que a mobilidade poderia ter efeitos sobre a aquisição (ou perda) de importantes ativos, como poderiam ser as relações familiares ou, de maneira mais ampla, o capital social.

Da mesma forma pode-se pensar no contexto intraurbano em situações em que a mobilidade pode significar perdas, como é o caso da migração para a periferia que pode levar a deterioração das suas condições a partir da dificuldade de acesso e/ou pior qualidade de serviços públicos aí oferecidos, como mostram vários estudos sobre os efeitos da segregação socioespacial em metrópoles brasileiras (Marques e Torres, 2005, Marques 2005, Cunha et al. 2009, Azevedo, 2009). Nessa mesma linha, pode-se pensar no impacto da segregação socioespacial sobre a vulnerabilidade a partir da chamada “geografia de oportunidades”, enfoque que enfatiza, as conseqüência de se viver em determinados lugares em termos das limitações² ao acesso às estrutura de oportunidades oferecidas pela região seja em

² No caso da população mais abastada pode significar uma ampliação e até melhoria do acesso.

termos de infra-estrutura, mercado de trabalho, políticas públicas etc. (Galster and Killen, 1995).

Deve-se lembrar ainda que a condição migratória não pode deixar de vir acompanhada da consideração do tempo de residência do indivíduo na região ou no município de destino, uma vez que este poderia favorecê-los em função não apenas do maior acúmulo de informações e capital social³, mas também em termos das condições habitacionais ou laborais influenciadas também pelo estágio do ciclo vital familiar e/ou do curso de vida do indivíduo. Assim, embora certamente influenciados por outras questões talvez mais importantes como a posição/condição no mercado de trabalho, o nível de qualificação profissional e/ou educacional, ou, em outros termos, pela própria posição na estrutura social, não se pode desconsiderar o papel exercido não apenas pela mobilidade, mas também pelo tempo de residência e ciclo vital sobre a vulnerabilidade destes indivíduos e suas famílias.

No caso específico da habitação Kowarick (1991) demonstra a intensa relação entre o acesso à moradia e as características pertinentes à dinâmica demográfica, particularmente os diferentes estágios do ciclo de vida familiar ou cursos de vida.

Assim, embora se deva reconhecer que a mobilidade espacial pode condicionar o grau de vulnerabilidade daqueles que a realizam, não é fácil, no entanto, precisar a exata direção desse impacto, já que este variaria segundo as características dos envolvidos, os contextos em que ocorrem tais mudanças e, claro, as condições e condicionantes que levaram a tais movimentos.

Considerando que a vulnerabilidade estaria condicionada pelos ativos disponíveis e que estes estariam dados não apenas pelos ativos físicos e financeiros, pela inserção produtiva dos indivíduos, mas também por ganhos em termos capital social, é provável que a mobilidade espacial por favorecer ganhos (e às vezes perdas) desses

³ Em seu trabalho Marques mostra.... Apud Rodrigues, 2009

ativos poderia ser uma condição essencial para o enfrentamento do risco da pobreza.

Questões técnicas e metodológicas

Os dados analisados nesse trabalho provêm de uma pesquisa domiciliar realizada na RM de Campinas em 1824 domicílios a partir de amostra estratificada com base na condição de vulnerabilidade destes, levando em conta, portanto, não apenas as condições socioeconômicas, mas também o acesso a redes de proteção social tanto familiar como pública (Cunha et.al.,2006).

As informações sobre migração foram obtidas para todos os indivíduos do domicílio e envolveram lugar de residência prévia, tempo de residência (no município e bairro), além de número de mudanças realizadas. Como estes dados foi possível reconstruir com algum detalhe as principais trajetórias envolvendo o processo migratório da RMC desde o momento de chegada á região até o momento de entrevista, com um adicional que se refere às informações sobre a mobilidade intramunicipal.

Com base na hipótese de que boa parte das decisões relativas à migração são tomadas no âmbito familiar, o questionário da pesquisa domiciliar também levantou uma série de outras questões sobre o processo migratório dos responsáveis pelos domicílios, como motivos dos deslocamento, fontes de informações, formas de chegada ao destino etc. Por essa razão boa parte da análise aqui realizada levará em consideração apenas os chefes de domicílios. Como mostra Wood (1982), existiria uma descontinuidade conceitual entre a unidade de análise que deveria ser utilizada para a compreensão do fenômeno (a família) e o movimento migratório propriamente dito(est individual).

No entanto, outros motivos justificam analisar com mais detalhe apenas os dados relativos aos chefes: os dados do survey mostram que mais de 41% dos migrantes (pessoas não naturais dos

municípios onde residiam no momento da entrevista), eram chefes de seus domicílios; além disso é bem elevado o peso destes na renda familiar: para a RMC, a mediana da participação dos chefes na renda domiciliar é superior a 65%, sendo que mais de 45% destes respondem por 70% ou mais.

Um último elemento que motiva a considerar apenas com os responsáveis dos domicílios: mais de 67% dos naturais da região são filhos de responsáveis por domicílios que são migrantes. Ou seja, tendo em vista o efeito indireto da migração sobre a composição populacional, e o pressuposto de que o domicílio é a unidade de análise mais conveniente a se considerar nos estudos migratórios, o uso dos dados considerando a população como um todo poderia trazer alguns vieses para a análise em particular daquelas variáveis que depende do que acontece em nível dos domicílios como a pobreza que aqui é um dos focos centrais.

Nesse estudo, o migrante será considerado aquele indivíduo que já morou em outro município antes de residir no município onde foi entrevistado. No entanto, os dados analisados permitem classificar tais migrantes ao menos a partir de duas perspectivas a saber:

- a) **Município de residência anterior:** nesse caso os migrantes foram classificados como “externos”, ou seja, aqueles cuja residência anterior foi um município fora da MAC; intrametropolitanos, aqueles cuja residência anterior foi algum município da MAC
- b) **Tempo de residência:** a partir dessa perspectiva os migrantes foram classificados como “recentes” (aqueles que viviam há menos de 10 anos no município de residência atual)⁴ e “antigos” (com 10 anos ou mais de residência);

⁴ Tem-se consciência que tomar até 10 anos de residência para caracterizar o migrante recente é um tanto exagerado, no entanto, tendo em vista o tamanho da amostra do survey uma maior desagregação seria temerosa.

Outra noção utilizada nesse estudo diz respeito às chamadas “Zonas de Vulnerabilidade” (ZV). Utilizadas como instrumento fundamental para a estratificação da amostra utilizada para a realização do survey aqui considerado, a definição das ZVs, obtida a partir de análise multivariada, partiu da concepção teórica de que a situação de vulnerabilidade decorreria da ausência (ou escassez) de certos tipos de ativos que poderiam ser classificados em termos de três categorias de capitais: físico/financeiro, humano e social. Tais dimensões foram avaliadas a partir dos dados censitários disponíveis em nível intra-municipal para áreas menores e envolveram indicadores relativos a infra-estrutura dos domicílios; acesso a diferentes formas de proteção social, como programas de transferência de renda e seguridade social; acesso à educação e outros elementos relativos às relações e composição familiares⁵. As ZV foram numeradas de 1 a 4 segundo o grau decrescente de vulnerabilidade.

Uma última categoria analítica utilizada diz respeito à pobreza considerada aqui como risco de referência para as análises relativas à vulnerabilidade. O indicador de pobreza aqui utilizado inclui uma medida híbrida construída a partir da combinação de “linhas de pobreza” - LP - (Rocha, 2003)⁶, e necessidades básicas não atendidas (Feres, JC, Mancero, 2001) com a diferença que esta última dimensão foi considerada de maneira mais ampla que a proposta original de Feres e Mancero.

Assim, o “NBI ampliado” alia os dados classicamente utilizados, com número de moradores com cômodo, qualidade das paredes do domicílio, existência de água e rede de esgoto, existência de

⁵ Para maiores detalhes ver Cunha et al., 2006a.

⁶ A linha de pobreza calculada por Rocha representa o mínimo valor para o atendimento de necessidades como habitação, alimentação, transporte e vestuário. Os cálculos são feitos com base em dados derivados da Pesquisa de Orçamento Familiares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e parâmetros relativos às necessidades nutricionais mínimas estabelecidos pela FAO e necessidades não alimentares. O valor utilizado corresponde àquele calculado pela autora para a Região Metropolitana de São Paulo para 2008, o qual se situa em torno do R\$430 per capita. Para maiores detalhes sobre a metodologia ver Rocha, 2003.

analfabetos etc. às novas informações obtidas no survey realizado até então não disponíveis em outros estudos no país, tais como condições do entorno do domicílio, frequência dos serviços públicos (como água, luz e coleta de lixo), condição de propriedade do domicílio etc..

Considerando a heterogeneidade das condições socioeconômicas existentes, especialmente em termos espaciais (Marques e Torres, 2005), um gradiente foi estabelecido para classificar aos responsáveis de domicílios da RMC: "pobre" (NBI e abaixo da LP), "remediado" (NBI ou LP) e "não pobre" (não NBI e não LP).

Finalmente será ajustado um modelo de regressão logística tendo como variável dependente a pobreza e variáveis independente não apenas aquelas que normalmente são reconhecidas como impactando a situação de pobreza como sexo, idade, escolaridade, forma de inserção produtiva, desemprego etc., mas também características aqui destacadas como tendo potencialmente impacto sobre a vulnerabilidade das pessoas como existência ou indicação da existência de redes sociais, condição migratória, tempo de residência, local de residência anterior etc.

Primeiramente será ajustado um modelo para medir o impacto da condição migratória sobre a situação de pobreza para depois apresentar outro onde, desta feita apenas para os migrantes, se possa aferir o impacto que elementos ligados às trajetória migratórias e redes sociais têm sobre a condição de pobreza dos responsáveis por domicílios na MAC.

A migração na RMC: importância e composição dos fluxos

A dinâmica de formação e expansão da RM de Campinas, área composta por 19 municípios e com cerca de 2,5 milhões de habitantes, apresenta estreita semelhança com o que se verificou em outras metrópoles do país, ou seja, deu-se em função de taxas expressivas de crescimento populacional, particularmente nas décadas de 70 e 80 (Tabela 1). Tendo recebido importante investimentos governamentais, sobretudo a partir dos 70, o crescimento econômico e demográfico de Campinas e sua região foi vertiginoso levando-a a se configurar como um dos maiores eixos de expansão industrial no interior do estado.

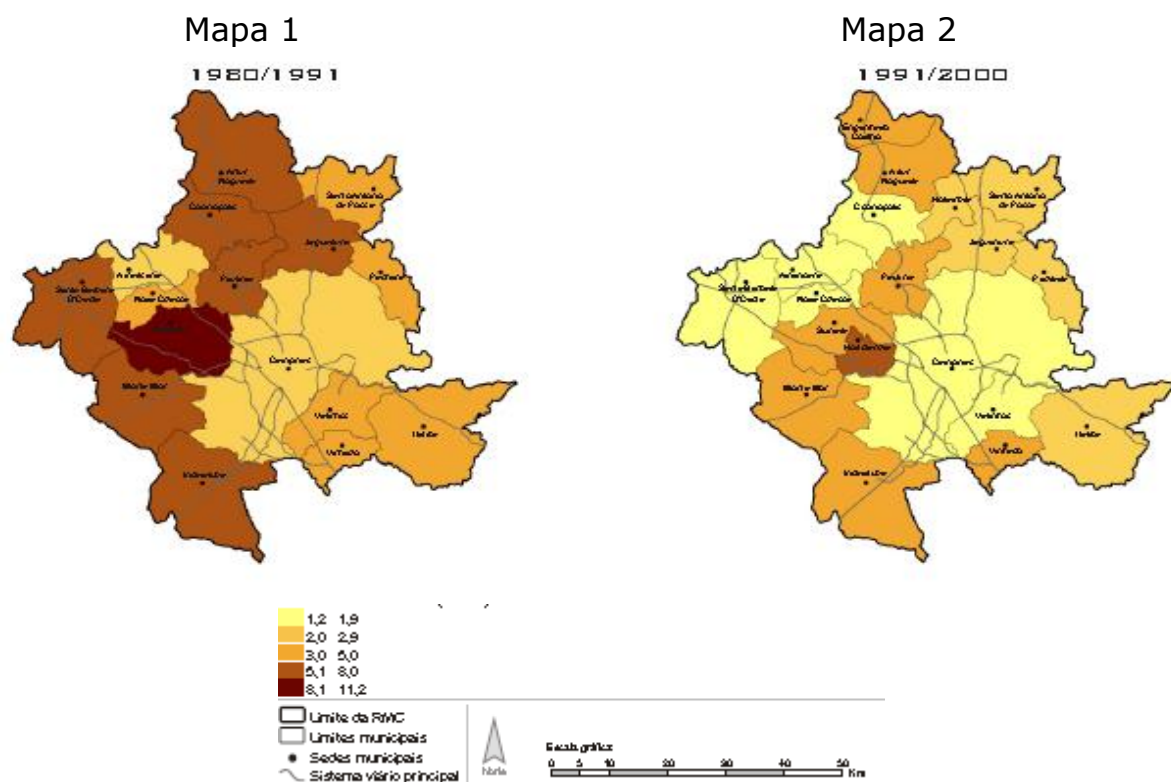
Tabela 1
Taxa de crescimento demográfico médio anual
Região Metropolitana de Campinas
1970/2000

	1970/80	1980/91	1991/2000
Brasil	2,48	1,93	1,63
Estado São Paulo	3,49	2,13	1,78
RM Campinas	6,49	3,51	2,54
Campinas	5,86	2,24	1,50
Outros Municípios da RM	7,22	4,74	3,34

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000

Como mostrado em outro estudo (Cunha et.al., 2006), do ponto de vista demográfico-espacial, a partir desse processo de crescimento econômico assiste-se a uma "extensão" da mancha urbana configurada como um clássico processo de periferização, especialmente para a zona oeste e sudoeste da região, assim como, em função da desconcentração das atividades industriais, a um crescimento de núcleos urbanos de outros municípios que, em alguns casos, como Americana, acabam por formar suas próprias periferias (Mapa 1 e 2).

Mapa 1 e 2
Taxa média anual de crescimento demográfico
RM de Campinas
1980/91 e 1991/2000



Fonte: NEPO/UNICAMP, Atlas sociodemográfico. Campinas, 2005

Com um crescimento demográfico tão intenso nos últimos trinta anos, não é de se estranhar que o componente migratório e seus condicionantes sejam os elementos preponderantes para se entender o processo de expansão e consolidação desta metrópole.

De fato, de acordo com os dados da pesquisa domiciliar, embora mais de 50% da população na RMC tenha nascido na região, esse número se reduz significativamente quando são considerados apenas os responsáveis por domicílios que seriam apenas 32% de naturais. Isso reforça algo já destacado, ou seja, que em função do efeito indireto da migração os dados observados para toda a população podem mascarar a real importância do fenômeno na constituição da região.

Do ponto de vista do papel da migração sobre o crescimento demográfico regional, nos anos 90, último período para o qual se tem dado confiável para tal estimativa, calcula-se que a migração respondeu por 64,7% do mesmo.

Assim, mesmo que a intensidade da migração líquida tenha sofrido uma pequena redução entre as décadas de 80 e 90 (a taxa média anual passou de 1,66%a.a para 1,61%a.a.) ainda se percebe que os volumes de ganhos populacionais cresceram de uma década para a outra na região.

No entanto, observar a migração apenas como componente do crescimento demográfico, embora fundamental para se apreender cabalmente a dinâmica demográfica regional, não é suficiente para se compreender toda sua importância e conseqüências sobre o processo de formação e expansão regional.

No que tange à "natureza"⁷ da migração registrada na região, os estudos já realizados com base nos Censos Demográficos (Cunha e Oliveira, 2001, Cunha et al. 2006) permitiram destacar ao menos duas questões importantes: a primeira diz respeito ao peso relativo da migração interestadual e intra-estadual em detrimento da intrametropolitana no total dos migrantes registrados na região; o segundo refere-se ao incremento, nos anos 90, da migração proveniente do próprio Estado de São Paulo.

Ambos os aspectos foram corroborados pelos dados do survey analisados nesse estudo. De fato, como se observa na Tabela 2, dos migrantes captados e que declararam residência anterior⁸, menos de 19% apresentaram residência prévia na mesma região metropolitana.

⁷ Entende-se aqui como "natureza" da migração a composição dos fluxos estabelecidos entre os municípios da MA e outras áreas, estejam elas fora ou dentro da região dos quais decorrem os ganhos ou perdas populacionais registradas e que, vistas de forma agregada, não dão conta da complexidade do fenômeno.

⁸ O percentual de não declaração atingiu 20% para o total dos migrantes, sendo menor para os migrantes recentes (12%). Tendo em vista o minucioso trabalho de crítica e consistência realizado com os dados, deduz-se que este considerável percentual de não resposta deveu-se à interpretação equivocada por parte dos entrevistados sobre o que seria a residência anterior, já que muitos parecem ter confundido casa como o município prévio. Esse problema também parece ter sido acentuado em função da memória dos entrevistados uma vez que para os migrantes antigos o percentual foi ainda maior, 23%.

Em contrapartida, mais de 45% destes declararam terem vindo do Estado de São Paulo (apenas da RM de São Paulo foram 10,8%) e outro 35% de fora do estado. Essa distribuição praticamente não se altera quando se considera apenas os dados relativos aos chefes dos domicílios.

Tabela 2
Migrantes por lugar de residência anterior e tempo de residência no domicílio atual
RM de Campinas
2007

Residência anterior	Migrante Recente	Migrante Antigo	Total
RM de Campinas	18,2	19,0	18,8
RM de São Paulo	16,6	8,6	10,8
Município do Estado SP	32,2	36,3	35,2
Outros Estados	33,1	36,1	35,3
Total	100,0	100,0	100,0
Casos na amostra	(n=951)	(n=2367)	(n=3318)

Fonte: Pesquisa domiciliar projeto vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007
(*) não considera os migrantes com residência anterior ignorada.

A tabela 2 ainda mostra que, em termos do tempo de residência, as diferenças são pequenas muito embora os migrantes mais recentes apresentem uma maior incidência de origem da Região Metropolitana de São Paulo, fato que corrobora achados como os de Baeninger (2004), segundo os quais, na década de 90, foram importantes as transferências de migrantes daquela região metropolitana para a RMC.

Esse perfil da migração reflete um caráter peculiar da RM de Campinas⁹, onde mesmo os municípios ditos periféricos têm na migração externa um dos principais componentes de seus crescimentos. No entanto, o que mais chama a atenção é o segundo

⁹ Ao menos com relação à principal região metropolitana do País, a RM de São Paulo, onde a migração intrametropolitana atinge proporções muito mais importantes nos municípios periféricos (Cunha, 1996).

aspecto, ou seja, o predomínio da origem da migração dentro do próprio estado, fato que reflete o papel da MAC como uma das principais áreas de desconcentração não apenas econômica, mas demográfica do Estado de São Paulo.

É interessante notar ainda que mesmo considerando apenas os dados relativos aos municípios periféricos (ou seja eliminando Campinas que poderia, a princípio, interferir no peso relativo da migração intrametropolitana por ser o grande centro regional), ainda assim o peso relativo da migração intra-regional pouco se altera, passando dos 18% registrados na Tabela 2 para cerca de 24%.

Do ponto de vista das características da migração essa predominância dos movimentos populacionais provenientes de fora de região tem algumas implicações tanto no que se refere à trajetória dos migrantes como também nas motivações (individuais) que levaram a tais deslocamentos.

Quanto às trajetórias empreendidas pelos migrantes nota-se que 46,6% deles apresentaram mais de um município de residência, e 17% declararam haver passado por mais de 3 municípios antes de chegar àquele onde foram entrevistados (Tabela 3). No entanto, quando classificados segundo local de última residência (intrametropolitanos ou externos), esta cifra muda significativamente já que os migrantes intrametropolitanos, como seria de se esperar, apresentam maior percentual de duas ou mais mudanças (58,5%)¹⁰.

¹⁰ Infelizmente o tamanho da amostra não permite realizar a desagregação por modalidade de migração. As diferenças são significativas a um nível de 5%.

Tabela 3
 Migrantes segundo município de residência anterior, segundo
 quantidade e motivos das mudanças de município
 RM de Campinas
 2007

Quantidade e motivos das mudanças de municípios		Migrante segundo residência anterior (*)		
		Migrante intrametropolitano	Migrante de fora da RM	Total
Número de mudanças de Municípios (**)	Apenas 1 mudança	41,5	55,8	53,4
	2 ou mais mudanças	58,5	44,2	46,6
n		(165)	(893)	(1058)
Motivos da mudança de municípios (**)	Questões habitacionais	13,1	6,6	7,7
	Questões laborais	28,3	32,1	31,4
	Acompanhar a família	31,0	38,4	28,8
	Outro motivo	27,6	22,9	32,0
n		(146)	(733)	(879)

Fonte: Pesquisa domiciliar projeto vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007

(*) não considera migrantes com local de última residência não declarada

(**) não considera sem declaração

Já no que se refere aos motivos declarados pelos responsáveis dos domicílios para a migração, os dados da Tabela 3 mostram que, muito embora a questão laboral seja importante nos dois casos, o migrante intrametropolitano declara em maior proporção motivos ligados à habitação (13,1% contra 6,6% de migrantes externos), fato que confirma aspecto já conhecido sobre várias metrópoles brasileiras, ou seja, que o mercado de terra tem um papel significativo nos movimentos migratórios intrametropolitanos (Cunha, 1994, Lago, 2000).

Na verdade, os motivos ligados à habitação e ao trabalho (esse último bem maior entre os migrantes de fora da RM) só não adquirem maior peso em função da grande importância do motivo "acompanhar a família" declarado por quase um terço do conjunto dos migrantes e 38% dos migrantes externos. No entanto, uma vez que quase 70% destes chefes tinham 20 anos ou mais de residência no município,

fica muito claro tratar-se de uma parte de sua trajetória migratória experimentada no âmbito de sua família de origem.

Ou seja, os dados até aqui analisados mostram que a maior parte dos migrantes residentes nos municípios da MAC não apresentavam experiência prévia na região, elemento que pode ter implicações na sua forma de inserção na região (em termos laborais habitacionais, por exemplo), na existência e densidade das redes sociais e, por conseguinte na aquisição de capital social.

Já no que se refere à mobilidade intramunicipal, temos que mais de 84% dos responsáveis por domicílios residentes na MAC já havia realizado ao menos uma mudança, sendo que 58% já se teriam mudado mais de duas vezes, cifra muito significativa, embora não se tenha dados similares para o Brasil de outras pesquisas de maneira a se ter algum padrão de comparação (Tabela 4).

Tabela 4
Responsáveis por domicílio por condição migratório e última residência, segundo número de mudanças intramunicipais MAC, 2007

Migrantes por tempo de residência e última origem (*)	Número de mudanças intramunicipais (*)					n
	Nenhuma	Uma	Duas	Três	Quatro e mais	
Migrante Recente	32,1	29,9	23,9	8,0	6,2	(287)
Migrante Antigo	13,0	25,5	31,2	17,3	13,0	(1042)
Não Migrante	14,0	24,2	33,0	19,5	9,4	(438)
Migrante intrametropolitano	26,8	35,9	15,7	15,3	6,3	(171)
Migrante de fora da MAC	18,6	28,1	26,5	15,3	11,4	(895)
Total	16,1	25,9	30,5	16,4	11,2	(1767)

Fonte: Pesquisa domiciliar projeto vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP - FAPESP/CNPq, 2007

(*) exclui "sem declaração"

Chama a atenção ainda as diferenças encontradas a partir da comparação de migrantes e não-migrantes, por um lado, e do migrante interno e externo por outro. No primeiro caso, a situação

revelada pelos dados encontra-se dentro do esperado, ou seja, fica claro que o tempo de residência dentro da metrópole é elemento importante para definir o grau de “mobilidade habitacional” que, como discutido anteriormente, pode ser um dos reflexos da mobilidade social.

No que se refere aos diferenciais entre migrantes internos e externos percebe-se também que os primeiros são muito menos móveis no âmbito intramunicipal que os segundos. Esse fato também contribui para reforçar a hipótese de que a experiência prévia da região pode ter efeitos benéficos sobre os indivíduos e sobre os domicílios que estes chefiam¹¹ como, por exemplo, no caso da solução habitacional.

Do ponto de vista das motivações para as mudanças intramunicipais, como não poderia deixar de ser, os motivos habitacionais prevalecem contemplando 60% dos responsáveis por domicílios na MAC, sendo que a compra de uma casa foi o motivo mais alegado, representando a alternativa para 41,9% dos casos. Cumpre destacar, no entanto, que, ao controlar pela condição migratória e tempo de residência do migrante no município, observa-se que, ao contrário do observado para o total dos chefes de domicílios, bem como para os migrantes antigos e “não migrantes”, a compra da casa ou do terreno para a sua construção da mesma não são os principais motivos para os migrantes recentes muitos dos quais declaram “outros” motivos.

No entanto, na mesma Tabela 5 pode-se notar, a partir da resposta à pergunta sobre o motivo de escolha do bairro de residência atual, que a questão do acesso à moradia foi, sem dúvida, a que prevaleceu também nesse caso. De fato, para quase 40% destes indivíduos o motivo declarado estava relacionado a quão acessível em termos financeiros era o bairro para se morar, cifra que

¹¹ 25% dos migrantes internos afirmaram conhecer previamente o município, contra apenas 14% dos externos.

também se mostra compatível com o fato de serem estes migrantes os que declaram a questão do aluguel com mais frequência entre as causas da mudança (17%)¹².

Tabela 5
Responsáveis pelos domicílios segundo motivo da mudança intramunicipal, segundo condição migratória RM de Campinas, 2007

Natureza do motivo	Motivos declarados	Condição Migratória			Total
		Migrante Recente	Migrante Antigo	Não Migrante	
Motivo para mudar do bairro de residência anterior	Comprou terreno e construiu no bairro	3,6	20,9	15,2	18,0
	Comprou casa no bairro atual	24,7	41,4	49,1	41,9
	Aluguel era elevado	17,1	8,5	7,1	8,9
	Outro	54,6	29,2	28,6	31,2
	N	(103)	(668)	(295)	(1066)
Motivo para escolher de residência atual	O bairro é mais barato para morar	39,8	46,5	28,8	41,5
	Proximidade de trabalho ou de parentes	38,2	31,6	29,5	31,7
	Melhor infra-estrutura ou qualidade de vida	22,0	21,9	41,7	26,9
	N	(101)	(668)	(295)	(1064)

Fonte: Pesquisa domiciliar projeto vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP - FAPESP/CNPq, 2007

Ainda vale ressaltar que a proximidade do trabalho e/ou de parentes¹³ responde por um percentual elevado das respostas relativas à motivação para a escolha do bairro, particularmente para os migrantes recentes, o que sugere a importância das redes sociais no processo de mobilidade residencial da população.

Na Tabela 5 fica claro também que os “não migrantes” são aqueles que menos declaram a questão habitacional, particularmente o preço da moradia e proximidade física a certas conveniências, como motivos da escolha do bairro, sendo nesse caso a maior frequência de

¹² Nesse caso deve-se considerar o dado com muita cautela tendo em vista o reduzido número de casos.

¹³ Estas alternativas encontram-se separadas no questionário, no entanto, o número de casos em cada uma delas não recomenda considerá-las de maneira desagregada.

respostas ligada à busca de melhor infra-estrutura e qualidade de vida. Isso não apenas revela outro diferencial que a condição migratória pode impor à trajetória dos indivíduos na região e, em particular dentro dos municípios, mas também o que parece revelar um maior poder de “escolha” destes (os “não-migrantes”) com relação aos migrantes, particularmente os mais recentemente chegados ao município.

Mobilidade populacional, condições socioeconômicas e demográficas

Os dados aqui analisados mostram que a intensidade da mobilidade inter e intramunicipal na Região Metropolitana de Campinas é bem significativa. De fato, a média de municípios prévios declarados pelos responsáveis por domicílios da MAC é superior a 2 e a mobilidade intramunicipal é ainda mais intensa, com uma média de 5 mudanças¹⁴. No entanto tal mobilidade apresenta variabilidade segundo as características dos indivíduos como pode ser observado na Tabela 6.

Em termos da renda per capita familiar percebe-se uma grande diferença entre aqueles mais abastados e os demais, particularmente o estrato populacional mais pobre que apresenta o menor percentual de pessoas que nunca se moveram. No entanto, estes últimos não apresentam diferenças estatisticamente significativas com relação aos chefes entre 1 e 4 salários-mínimos de renda per capita familiar. Ou seja, parece ser que o grande diferencial em termos de mobilidade intermunicipal que se observa começa a partir de um patamar muito mais elevado de renda.

Quanto à ocupação e educação se percebe que a prevalência de chefes com menor mobilidade se dá entre aqueles com ocupações não-manuais e de maior nível educacional, resultados que se

¹⁴ Tendo em vista a grande variância apresentada por ambas as variáveis também se calculou a mediana para o número de municípios prévios (igual a 1) e para as mudanças intramunicipais (igual a 2).

mostram totalmente compatíveis com o comportamento anteriormente descrito com relação à. Ou seja, os dados deixam muito claro que a pessoas dos estratos socioeconômicos mais baixo são os que apresentam maior mobilidade, sendo que tal diferença é bem mais acentuada entre os extremos da distribuição.

Tabela 6
 Chefes de domicílios por características socioeconômicas, segundo número de municípios de residência prévia
 RM de Campinas, 2007

Característica	Categorias	Número de municípios de residência prévia			n
		Nenhum	Um	Dois ou mais	
Renda per capita familiar (*)	Até 1 SM	18,4	44,1	37,5	(92)
	1 a 3 SM	25,9	40,3	33,7	(457)
	3 a 5 SM	25,9	38,7	35,4	(379)
	5 SM ou mais	60,2	25,8	14,1	(408)
	Total	24,8	40,9	34,3	(1336)
Ocupação (*)	Não Manual	26,1	41,4	32,4	(565)
	Manual	18,8	51,7	29,5	(496)
	Total	22,7	46,3	31,0	(1061)
Idade	Menos de 34 anos	27,2	48,8	23,9	(340)
	35 a 49 anos	23,4	47,3	29,2	(560)
	50 anos ou mais	21,9	37,6	40,5	(924)
	Total	23,2	42,4	34,3	(1824)
Escolaridade	De 0 à 3 anos	11,3	38,4	50,3	(362)
	De 4 à 7 anos	19,5	42,0	38,5	(572)
	De 8 à 10 anos	23,4	46,9	29,7	(304)
	Mais que 11 anos	33,9	43,3	22,9	(571)
	Total	23,1	42,6	34,3	(1809)

Fonte: Pesquisa domiciliar projeto vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP - FAPESP/CNPq, 2007

(*) não são considerados os sem declaração

Contudo, é interessante notar que, no caso das mudanças intramunicipais, a situação descrita anteriormente se repete apenas no caso da renda e, em menor medida, da idade. De fato, tanto com

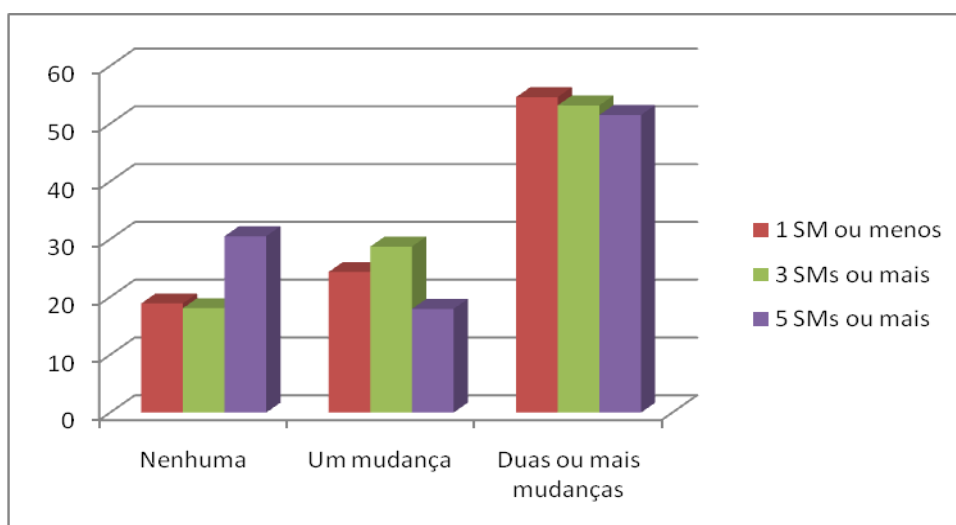
relação à escolaridade, inclusive os extremos da distribuição, e ocupação os dados registram uma variação não significativa.

No caso da idade, percebe-se, mais uma vez, que aqueles responsáveis por domicílios mais jovens tendem concentrar-se em maior medida (23,3%) na categoria “nenhum” movimento intramunicipal que aqueles com mais de 50 anos de idade (16,3%). No entanto, não se pode deixar de considerar que, mesmo no caso dos jovens, a imobilidade não atinge nem um quarto dos indivíduos.

No caso da renda, como mostra o gráfico 1, embora as porcentagens sejam praticamente idênticas entre ricos e pobres, é notável a diferença entre estes dois extratos de renda no que se refere à imobilidade (nenhuma mudança), uma vez que os chefes de maior renda (5 SM ou mais) apresentam ao menos 10 pontos percentuais a mais que os mais pobres.

Na verdade, a conclusão que se pode tirar destes dados é que, mesmo considerando as diferenças existentes, pode-se dizer que a mudança intramunicipal não parece ser um fenômeno específico de um determinado grupo social.

Gráfico 1
Chefes de domicílios por características socioeconômicas, segundo número de mudanças intramunicipais
RM de Campinas, 2007



Fonte: Pesquisa domiciliar projeto vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP - FAPESP/CNPq, 2007

A seção seguinte busca investigar alguns dos ativos que poderiam ser alterados ou impactados (para bem ou para mal) pela migração ou mobilidade intramunicipal, bem como os efeitos dessas modificações sobre a condição de pobreza dos responsáveis por domicílios na MAC.

Mobilidade e suas conseqüências sobre ganhos ou perdas de ativos: redes sociais e habitação

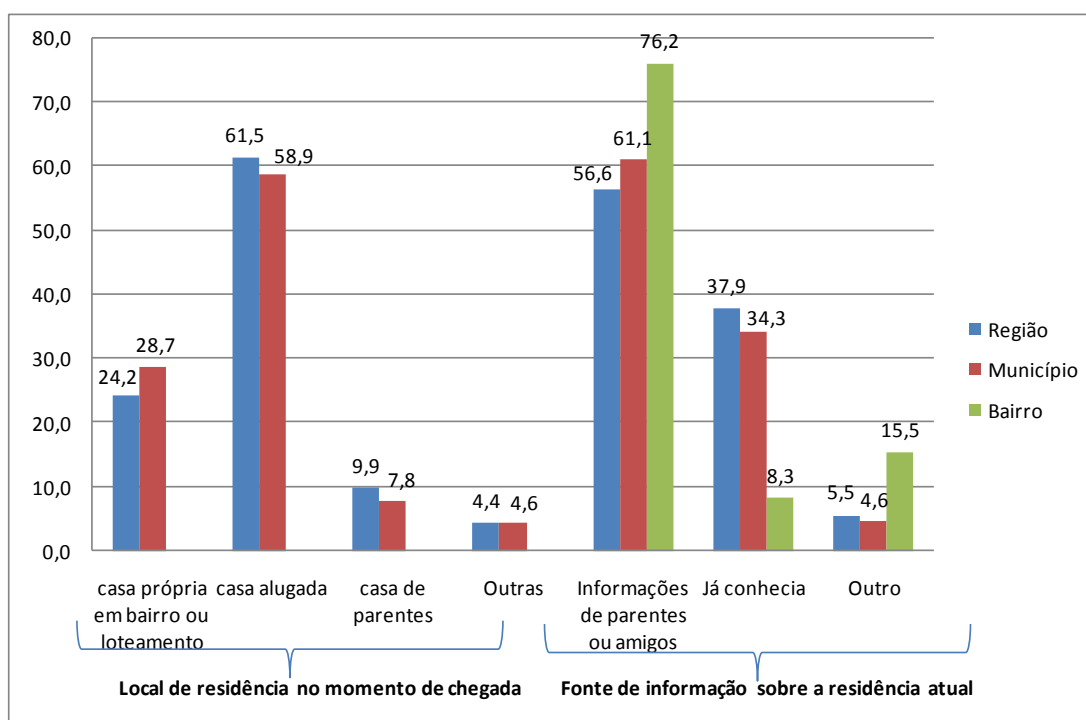
No caso de MAC, a importância das redes sociais sobre o processo migratório aparece com nuances diferentes dependendo de como observa a questão. Se por um lado, o Gráfico 2 revela que apenas uma pequena parcela dos chefes de domicílio utilizaram o recurso de residir em casa de parentes ou amigos na chegada à região, ou ao município de residência no momento da pesquisa, por outro lado, também mostra que a informação de parentes ou amigos é central para a escolha do local, principalmente em se tratando do bairro, uma vez que mais 76% dos chefes declararam ter utilizado essa fonte.

Mais interessante ainda é notar que o papel das redes sociais como elemento de influência na escolha de certas localizações, tende a ser mais importante quanto mais carente e vulnerável seja a região onde se localiza o domicílio. O Gráfico 3 explicita muito bem esse comportamento ao mostrar que, nas zonas mais vulneráveis (ZV 1 e 2), o percentual de utilização destes mecanismos é muito mais freqüente, particularmente no caso das da mobilidade intramunicipal; de fato enquanto mais de 85% dos residentes nas ZV1 e ZV2 obtiveram informações sobre os bairros onde residem a partir desse canal, apenas 55% daqueles que vivem na ZV4 utilizaram o mesmo recurso. Nesse caso particular, outros mecanismos como, por exemplo, anúncios na mídia, folhetos publicitários ou corretores de

imóveis (que alcançam mais de 23% do residentes nestas áreas) ganham significativa importância.

Gráfico 2

Migrantes responsáveis por domicílio por lugar onde residiram no momento da chegada à região e município de residência atual RM de Campinas, 2007



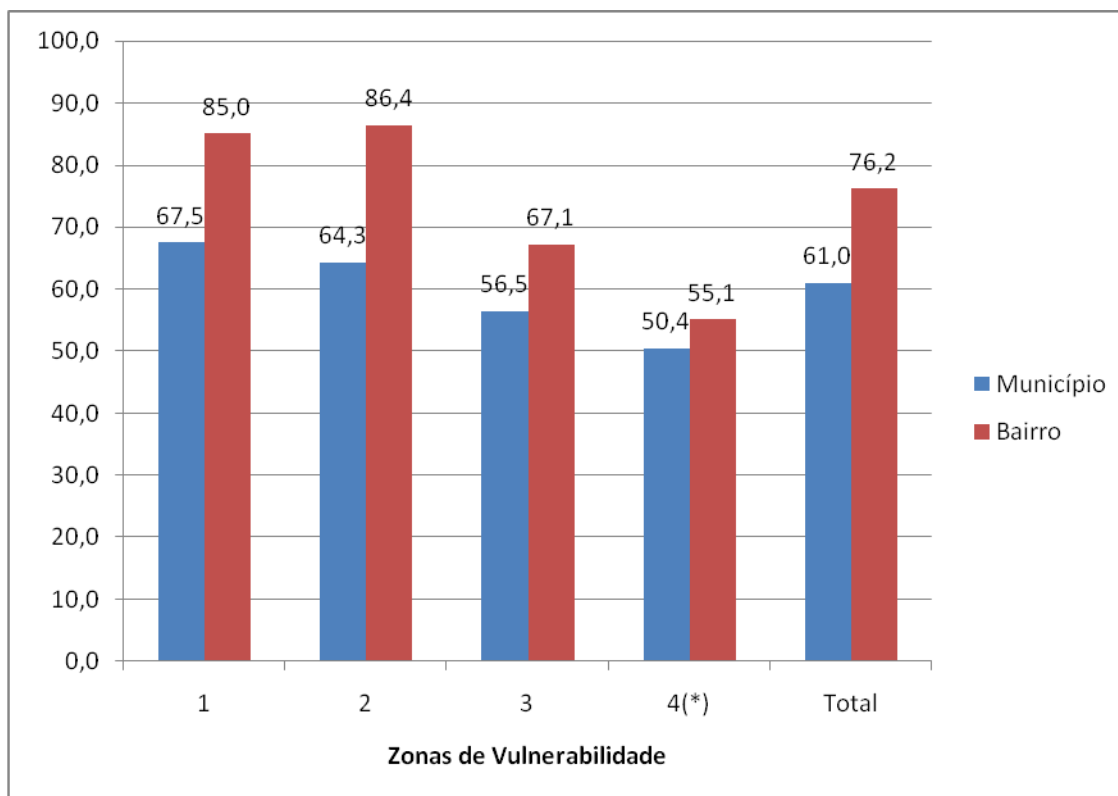
Fonte: Pesquisa domiciliar projeto vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP - FAPESP/CNPq, 2007

No entanto, o fato de contar com informações provenientes de familiares ou amigos não garante ao indivíduo ou à sua família que, depois da mudança, possa transformar tais relações em ativos efetivos para enfrentarem as dificuldades ou necessidades que por ventura venham a ter. Nesse sentido o survey buscou investigar alguns impactos que tais deslocamentos tiveram sobre a vida destas pessoas. Visando não alongar essa discussão, destacam-se aqui apenas dois aspectos: as relações com familiares e com a vizinhança.

Gráfico3

Responsáveis por domicílios que realizaram mudança de município ou de bairro que utilizaram como fonte informação parente e/ou amigos, segundo Zonas de Vulnerabilidade

RM de Campinas, 2007



A investigação sobre o impacto da mudança de municípios sobre as relações com parentes ou vizinhos mostra que, para mais de 56% dos responsáveis por domicílio, estas aumentaram no caso de parentes e, em quase 48% dos casos, a melhoria foi citada especificamente com relação aos vizinhos. É interessante notar ainda que existe uma significativa diferença entre os ganhos em relação à ajuda de parentes e vizinhos entre migrantes intrametropolitanos e externos, sendo que a migração para os primeiros implicou, aparentemente, em menores retornos em termos das relações de parentesco e vizinhança.

Tabela 7

Migrantes por lugar de residência anterior (*) segundo impacto da migração para o município de residência atual sobre ajuda proveniente de parentes e vizinhos
RM de Campinas, 2007

Residência anterior	Sobre a ajuda de parentes				n
	Acabaram ou diminuíram significativamente	Aumentaram	Ficaram do mesmo jeito	Não sabe dizer	
Migrante intrametropolitano	4,2	42,5	52,0	1,4	(113)
Migrante de fora da RMC	3,5	60,2	34,2	2,0	(526)
Total	3,1	56,5	36,4	4,1	(816)
	Sobre a ajuda de vizinhos				
	Acabaram ou diminuíram significativamente	Aumentaram	Ficaram do mesmo jeito	Não sabe dizer	
Migrante intrametropolitano	4,3	39,8	54,6	1,3	(113)
Migrante de fora da RMC	2,2	46,2	48,6	3,1	(526)
Total	2,2	47,7	46,7	3,4	(816)

Fonte: Pesquisa domiciliar projeto vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP - FAPESP/CNPq, 2007

(*) não considera os migrantes com residência anterior não declarada (20% dos casos)

Esse resultado, embora interessante do ponto de vista do impacto da migração sobre a aquisição (ou perda) de capital social, era de certa forma esperado, uma vez que a experiência prévia na metrópole parece ser importante para o acúmulo desse tipo de ativo. Além disso, os dados do survey dão conta que tal experiência prévia não estaria necessariamente atrelada ao tempo de residência do indivíduo já que, nesse caso, fica patente que os mais antigos são os que declaram majoritariamente terem melhorado suas relações com parentes (59%) e vizinhos (50%) em comparação com os migrantes recentes cujos percentuais se reduzem consideravelmente (46% e 38%, respectivamente). Ou seja, parece ser que ter vivido anteriormente em outro município na metrópole pode significar em ganhos de ativos importantes para se enfrentar situações adversas ou, no mínimo, adquirir meios (relações no caso) para fazê-lo.

Como já se enfatizou, as mudanças domiciliares também poderiam ter impacto sobre a aquisição (ou perda) de ativos físicos

como é o caso específico da habitação. De fato, como mostra a Tabela 8, no que se refere à condição de propriedade, a situação habitacional no momento da chegada era sistematicamente pior que a do momento da entrevista para todos os responsáveis.

A tabela mostra uma vez mais a aparente vantagem apresentada pelos migrantes intrametropolitanos, haja vista que estes revelavam uma situação bem mais favorável que os migrantes externos no momento de chegada tanto na região como no município. Se é possível considerar, como já feito anteriormente, que a experiência prévia na região ajudaria a entender essa situação, é difícil pensar em um motivo convincente para justificar o por quê do migrante intrametropolitano (na verdade apenas uma parte deles, ou seja, os que também viveram fora da região) apresentar na chegada à região um melhor situação habitacional em termos da posse da propriedade.

Em termos do tempo de residência é muito interessante constatar que o migrante recente apresenta maior proporção de proprietários que os mais antigos na chegada tanto à região como no município de destino, muito embora o percentual destes que eram proprietários do domicílio atual é muito inferior ao daqueles, resultado, aliás, coerente e esperado já que o tempo sem dúvida joga em favor do acúmulo de ativos.

Tabela 8

Migrantes responsáveis por domicílio com casa própria, classificados por tempo de residência e residência anterior, segundo condição de propriedade na chegada à região e ao município.
RM de Campinas, 2007

Condição Migratória (*)	Com casa própria atualmente	Condição de propriedade			
		Própria	Alugada	Outra	n
		Na chegada à região			
Migrante intrametropolitano	74,0	46,1	43,7	10,2	(116)
Migrante de fora da RMC	73,4	28,7	56,8	14,5	(621)
Migrante recente	43,1	50,9	37,1	12,0	(129)
Migrante antigo	79,4	26,1	59,2	14,7	(785)
		Na chegada ao município			
Migrante intrametropolitano	74,0	55,7	34,9	9,4	(121)
Migrante de fora da RMC	73,4	32,4	55,3	12,3	(561)
Migrante recente	43,1	43,8	44,4	11,9	(112)
Migrante antigo	79,4	33,5	55,3	11,2	(734)

Fonte: Pesquisa domiciliar projeto vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP - FAPESP/CNPq, 2007

(*) não considera os migrantes com residência anterior não declarada (20% dos casos)

Ou seja, a não ser para o migrante mais recentemente chegado à região ou município que, por sua própria condição, ainda não teve tempo de alcançar grandes avanços em termos socioeconômicos, os dados aqui analisados sugerem que a migração teria impacto significativo sobre a melhoria habitacional, ao menos no que se refere ao um dos importantes aspectos dessa questão, ou seja, a condição de propriedade¹⁵.

¹⁵ Na verdade, particularmente no caso brasileiro não necessariamente a mudança para uma residência própria significa uma melhoria nas condições construtivas e ambientais da mesma. Via de regra, para a população de mais baixa renda o preço a pagar para se ter acesso à casa própria muitas vezes é ter que viver em áreas mais distantes, desprovidas de infra-estrutura e em construções mais precárias do ponto de vista estrutural. Por questões de espaço, não se aprofundará a discussão desse aspecto nesse texto.

Mobilidade e pobreza

Considerando as linhas gerais do enfoque de AVEO (ativos, vulnerabilidade e estruturas de oportunidades) proposto por Kaztman e Filgueiras (2006) pode-se dizer que a vulnerabilidade à pobreza estaria relacionada à disponibilidade de ativos com que poderiam contar os indivíduos, famílias e domicílios.

Até aqui tratou-se de mostrar que a mobilidade espacial pode contribuir para se captar ou mesmo perder alguns destes ativos podendo ser, portanto, estratégia importante na configuração destes ativos, sejam eles os mais tangíveis (como a habitação ou mesmo o trabalho) e até mesmo os intangíveis como as relações sociais.

Assim nessa seção tratar-se-á de avaliar, a partir da formulação de um modelo logístico tendo a situação de pobreza com variável dependente, se esta estaria ou não influenciada de forma significativa pela condição migratória e pelos ganhos ou perdas de capital social. Obviamente que para tanto seria necessário controlar também a variabilidade das condições de pobreza por algumas variáveis reconhecidamente relevantes no condicionamento de tais situações.

A Tabela 9 permite observar a relação de algumas variáveis sociodemográficas com a pobreza. Embora esses dados estejam influenciados pelo fato dos pobres na MAC representarem pouco mais de 8% dos responsáveis por domicílios, é muito interessante notar que alguns atributos parecem ter grande influência sobre essa condição. Assim, ser migrante recente ou externo, ser jovem ou trabalhador manual, assim como ter enfrentado desemprego no período de 12 meses antes da pesquisa e, finalmente, viver na ZV 4 aparentemente figuram como características com forte influência sobre a pobreza.

Tabela 9
 Responsáveis por domicílio por variáveis sociodemográficas e
 condição de pobreza
 RM de Campinas, 2007

Variáveis	Categorias	Índice híbrido de pobreza			n
		Pobres	Remediados	Não pobres	
Todos os responsáveis por domicílios					
Total (*)		8,03	28,40	63,57	922
Condição Migratória: tempo de residência	Não Migrante	3,9	19,3	76,9	(241)
	Migrante Recente	21,6	22,4	56,1	(91)
	Migrante Antigo	7,9	32,6	59,5	(590)
Condição migratória: residência anterior	Migrante intrametropolitano	8,4	34,5	57,1	(83)
	Migrante de fora da RM	10,3	33,1	56,6	(447)
Sexo	Masculino	8,6	28,7	62,6	(678)
	Feminino	6,3	27,4	66,3	(244)
Idade	Até 34 anos	12,4	30,7	56,8	(134)
	35 anos ou mais	7,5	28,1	64,3	(788)
Escolaridade	De 0 a 3 anos	9,9	37,4	52,7	(223)
	De 4 a 7 anos	8,8	30,5	60,7	(292)
	8 ou mais anos	6,5	21,5	72,0	(400)
Ocupação	Manual	11,3	31,0	57,7	(374)
	Não manual	6,9	29,3	63,8	(418)
Desemprego nos últimos 12 meses	Não ficou desempregado	5,7	27,3	67,0	(829)
	Desemprego 12 meses	34,0	39,1	26,8	(89)
Zonas de Vulnerabilidade	1	36,5	40,0	23,5	(300)
	2	7,8	35,4	56,8	(271)
	3	2,1	19,6	78,3	(216)
	4	0,0	6,5	93,5	(135)
Migrantes responsáveis por domicílios					
A quem recorre para dinheiro	Ninguém	3,9	24,7	71,4	(248)
	Parentes e amigos	15,0	38,1	46,9	(335)
A quem recorre para cuidar das crianças	Ninguém	5,0	28,6	66,3	(129)
	Parentes e amigos	24,1	35,9	40,0	(176)
Ajuda ou solidariedade de parentes	Aumentaram	11,1	30,8	58,2	(254)
	Não se alterou, reduziu	10,9	28,2	61,0	(149)
Ajuda dos vizinhos	Aumentaram	12,3	30,5	57,2	(220)
	Não se alterou, reduziu	9,3	28,8	61,9	(190)
Quando chegou foi morar em	Casa própria ou alugada	8,9	32,0	59,1	(501)
	Casa de parentes e amigos	14,0	31,3	54,7	(89)
Número de municípios prévios	1	10,4	30,7	59,0	(338)
	2 ou mais	8,8	33,1	58,1	(324)

Fonte: Pesquisa domiciliar projeto vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP - FAPESP/CNPq, 2007

(*) considera apenas os casos com declaração nas variáveis utilizadas para a criação da variável pobreza

Como já mencionado, no survey utilizado nesse estudo, somente os migrantes (tanto internos como externos) responderam perguntas que buscavam identificar a aquisição ou ação de capital social. Desta forma, na segunda parte da Tabela 9 pode-se apreciar o comportamento destes indivíduos, segundo níveis de pobreza, para algumas variáveis selecionadas a esse respeito. Foram elas: ajuda de parentes ou amigos para obtenção de dinheiro ou para o cuidar das crianças e o impacto (incremento ou não) que a migração teve sobre das possibilidades de contar com a ajuda destas pessoas. Na verdade a escolha se justifica na medida em que se pode considerar que estas formas de apoio material e humano poderiam se constituir em ativos efetivos, dado que seu impacto, por exemplo, na solução de problemas mais eminentes – como a empréstimo de dinheiro –, ou de questões mais estruturais como as possibilidades concretas do trabalho feminino fora de casa.

Estes dados mostram que os pobres parecem recorrer mais intensamente a este tipo de expediente já que, embora representem apenas 8% da população da MAC (primeira linha da tabela 9), dos que recorrem a parentes e amigos no caso da necessidade de dinheiro, estes representam 15%, sendo este percentual ainda maior quando a necessidade é cuidado das crianças (24%). Esta situação, no entanto, não é observada no caso do impacto da migração, ou seja, aqueles que declaram ter incrementado a possibilidade de ajuda apresentam uma proporção compatível com sua participação relativa na população total. Isso sugere que o expediente do uso, incremento e potenciais ganhos de relações sociais com a migração não seriam específicos e muito menos restritos aos mais pobres.

No entanto há que se reconhecer que, considerando apenas os responsáveis classificados como “pobres”, o percentual daqueles de declaram ter melhorado suas relações sociais com a migração foi bem expressivo tendo alcançado mais de 60% seja com relação a parentes ou mesmo vizinhos.

Para finalizar esta análise realiza-se uma análise multivariada onde se busca modelar a variável condição de pobreza utilizando como variáveis dependentes aquela analisadas nas páginas

precedentes. Cabe esclarece no entanto, que tendo em vista o alto grau de correlação encontrado em a variável escolaridade e a ocupação (no caso aqui utilizado, manual e não manual), além do maior percentual de casos sem resposta para esta última variável, decidiu-se por não considerá-la nos modelos a serem ajustados.

O Quadro 1 resume os resultados dos modelos¹⁶ para a previsão das variáveis dicotômicas “pobreza e não pobreza” (1 e 4), “pobreza e remediados” (2 e 5) e “remediados e não pobreza” (3 e 6). Além disso, os modelos 4, 5 e 6 foram ajustado levando em conta apenas os responsáveis por domicílios que eram migrantes, haja vista que a maior parte das informações utilizadas nesses modelos foram recolhidas apenas para este sub-grupo.

No caso do modelo 1 (que contrapõe a situação de pobres x não pobres) os odds ratios mostram que ser mais jovem (menos de 34 anos), menos escolarizado (menos de 8 anos de estudo), não ter tido rendimentos por algum período nos últimos doze meses e ser migrante recente implicava para os responsáveis de domicílios em chances bem mais elevadas de serem pobres em vez de não pobres. Das variáveis que resultaram estatisticamente significantes no modelo a que mais chama atenção é aquela referente à irregularidade de rendimento no ano anterior o momento da pesquisa; nesse caso, a chance do chefe ser pobre aumentaria em 27 vezes no caso deste ter ficado até 6 meses sem rendimento.

No caso de modelo 2 (pobres x remediados) apenas duas variáveis resultam significativas: novamente a falta de rendimentos nos últimos 12 meses, que aumentaria em 3 vezes a chance de ser pobre em vez de remediado e, desta feita, o desemprego que aumentaria em 2,4 vezes esta chance para os chefes de domicílios. Tal resultado comparado com o obtido no modelo 1 sugeriria que o desemprego (não significativo naquele modelo) teria apenas influência

¹⁶ Todos os 6 modelos ajustados resultaram adequados segundo os parâmetros utilizados (teste H-L, R² Nagelkerke e R² Cox e Snell), assim como pelo percentual de previsão correta alcançado por todos eles (superior 70%).

para diferenciar situações socioeconômicas mais próximas como seria pobre e remediados. Dito de outra forma, a condição de não pobreza parece não ser impactada por uma situação de desemprego, ao menos no curto prazo.

O último modelo ajustado para o total dos responsáveis pelos domicílios da MAC contrapõe a situação de remediados com a de não pobreza. Nesse caso, ser jovem, ter baixa escolaridade, não ter tido regularidade de rendimento no ano anterior e migrante antigo seriam condições que implicariam em maiores chances dos chefes serem remediado em vez de não pobres. Além disso, nesse modelo, pela primeira vez, aparece como significativa a variável relativa à localização do indivíduo (Zona de Vulnerabilidade) que estaria indicando que morar nas ZV1 e ZV2 aumentaria as chances do indivíduo ser remediado e não ser não pobre. Considerando a construção da variável relativa à condição de pobreza, os remediados seriam aqueles que apresentariam deficiência na dimensão financeira ou na habitacional (nunca em ambas, pois nesse caso seriam classificados como pobres), e justamente seria nas nas ZV1 ou ZV2 onde as possibilidades de apresentar tais carências seriam maiores.

Por último estão os modelos 4, 5 e 6 ajustados apenas para o migrantes onde se buscava captar impacto sobre distintas situações de pobreza não apenas das variáveis utilizadas nos modelos anteriores, mas também outras que remetesse ao papel das redes sociais. Infelizmente com exceção de um deles e assim mesmo em apenas uma das variáveis com significância estatística mais reduzida é que foi possível ter alguma indicação nesse sentido.

Assim no modelo 4 (pobres x não pobres) novamente a idade, escolaridade (nesse caso apenas para menos de 4 anos de estudo) e irregularidade de rendimentos no ano aparecem com alta significância como elementos que impacto a condição de pobreza. Também nesse caso o menor tempo de residência aparecem com uma variável relevante embora com significância estatística bem menor.

Quadro 1

Modelos logísticos tendo a variável pobreza como dependente Região Metropolitana de Campinas, 2007

Variáveis	Modelos ajustados					
	Para todos os responsáveis			Apenas para os migrantes		
	Pobre x Não pobre	Pobre x Remdiados	Remediados x Não pobres	Pobre x não pobre	Pobre x Remediados	Remediados x Não Pobres
Modelo	1	2	3	4	5	6
Constante	0	0	0,057***	0	0	0,056**
Sexo						
Feminino	1,067	1,235	0,935	0,769	1,149	0,608
Idade						
Até 34 anos	2,174*	1,155	2,362***	4,683**	1,147	3,872**
Escolaridade						
menos de 4 anos	3,613***	1,345	3,046***	4,311**	1,757	4,472***
de 4 a 7 anos	2,135*	1,064	2,007***	1,452	0,392*	4,464***
Sem rendimento nos últimos 12 meses						
Até 6 meses	27,372***	3,727***	2,028	24,738***	4,112**	2,414
De 7 meses a 1 ano	9,526***	3,673**	2,977**	6,552**	7,265**	2,674
Condição Migratória 1						
Migrante recente	5,341***	1,313	1,613	-	-	-
Migrante antigo	1,48	0,724	1,488*	0,211*	0,544	0,596
Condição Migratória 2						
Migrante Intrametropolitano	0,866	0,836	1,307	-	-	-
Migrante externo	-	-	-	0,549	1,316	0,376**
Localização do domicílios						
ZV1	1,00E+09	3,00E+09	11,336***	1,00E+09	1,00E+11	30,944***
ZV2	1,00E+08	6,00E+08	4,687***	9,00E+07	4,00E+10	9,238**
ZV3	1,00E+07	2,00E+08	1,659	0	205,129	1,611
Situação atual de desemprego						
Desempregado	0,615	2,430*	0,933	0,474	3,738*	1,067
Não PEA	0,509	0,522	0,767	0,684	0,374	1,085
Número de mudanças intermunicipais						
Menos de 2	-	-	-	1,616	0,954	2,150**
Relações com parentes...						
Não aumentaram	-	-	-	1,302	1,751	0,914
Relações com vizinhos...						
Não aumentaram	-	-	-	0,929	0,681	1,44
Como soube do município?						
Outros	-	-	-	0,594	1,231	0,658
Local de primeira moradia na chegada á região						

Casa parentes/amigo	-	-	-	1,183	1,092	0,988
Outros	-	-	-	4,00E+08	0,165	5,289*
Incluídos na amostra	533	333	638	196	152	228
Total da amostra	651	404	785	458	338	566
% de previsões corretas	89,7	71,5	75,1	87,8	73,7	76,3
R ² Cox Snell	0,431	0,237	0,224	0,497	0,295	0,296
R ² Nagelkerke	0,667	0,328	0,31	0,701	0,4	0,399
Teste Hosmer e Lemeshow	5,664	7,355	3,906	3,091	5,864	7,596
(p-valor)	-0,685	-0,499	-0,865	-0,929	-0,662	-0,474

Fonte: Pesquisa domiciliar projeto vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP - FAPESP/CNPq, 2007

* estatisticamente significativa ao nível de 10%. **estatisticamente significativa ao nível de 5%. ***estatisticamente significativa ao nível de 1%.

No modelo que contrapõe pobres e remediados (modelo 5) o resultado relativo à educação não se apresenta consistente como o esperado (aponta que os mais educados - 8 anos ou mais- teriam maiores chances de serem pobres em comparação com aqueles entre 4 e 7 anos de estudo), muito embora a irregularidade de rendimentos e novamente o desemprego aparecem como relevantes para adquirir a situação de pobreza em vez de remediado.

Finalmente no modelo 6 que considera a dicotomia remediado vs não pobres figuram um conjunto importante de variáveis como significativas como idade, escolaridade, modalidade de migração, localização do domicílio, número de mudanças intermunicipais e local de primeira moradia na região. Nesse caso vale destacar três variáveis até então não incluída em nenhum dos outros cinco modelos.

A primeira delas ligada à modalidade da migração (externa ou intrametropolitana) cujos odds ratio indica que ser migrante intrametropolitana aumentaria a chance de ser remediado em vez de não pobre. Esse resultado conflita com uma das hipóteses de partida que considerava que justamente a experiência prévia na metrópole poderia ser um fator favorável.

A segunda delas diz respeito ao número de mudanças de município que, de acordo com o que se esperava, mostra que as

chances de ser remediado em comparação a ser não pobre aumentam com a menor mobilidade.

Por fim a variável local de primeira moradia na região apresenta efeito significativo sobre a chance de ser remediado em vez de não pobre no caos deste local não ser casa própria ou alugada ou de parentes e amigos. Tal resultado mesmo que observado a um nível de significância estatística menor (10%) estaria a sugerir que soluções habitacionais mais precárias¹⁷ no momento da chegada poderiam ter efeitos deletérios sobre a vida dos migrantes.

Considerações finais

A grande motivação do presente estudo foi explorar, a partir de dados de um survey especialmente elaborado para esse fim, elementos relativos à trajetória do indivíduo na MAC, não apenas do ponto de vista de sua mobilidade espacial prévia ou dentro da própria região, mas também em termos das motivações, características sociodemográficas e implicações dessa mobilidade sobre ganhos (ou perdas) de ativos fossem eles tangíveis, como a habitação, ou intangíveis, como as relações sociais.

Assim, foi possível mostrar que na MAC a migração externa é a que basicamente dá o tom do crescimento demográfico de seus municípios, sem que isso, no entanto, signifique que a mobilidade intrametropolitana seja desprezível. Da mesma forma, demonstrou-se que a mobilidade intramunicipal é muito intensa na região e não se restringe a um estrato social específico. Quanto às motivações percebeu-se que o trabalho (esse bem mais importante para os migrantes externos) e habitação são as principais questões que ainda motivam, de diferentes maneiras, muitos desses indivíduos. Embora o tempo de residência (e por consequência a idade) tenha forte influência sobre o perfil migratório do indivíduo, bem como de suas motivações, as análises realizadas mostram que outros elementos também figuram como importante como a renda, escolaridade, ocupação, lugar de residência anterior etc..

¹⁷ A categoria 'outros' dessa variável englobaria situações como: casa cedida, pensão, alojamento, área de ocupação. Tal agregação foi necessária por questões de representatividade estatística.

Os modelos logísticos ajustados contrapondo para o total dos responsáveis por domicílios e apenas para migrantes diferentes situações de pobreza mostra primeiramente que, como se esperava, as variáveis idade e escolaridade surgem na maioria dos casos como variáveis relevantes para prever situações de pobreza. No caso da idade ela só não aparece como relevante na previsão da condição de “pobre” em contraposição com a condição de remediado.

É também para essa dicotomia que os modelos apresentam menor número de variáveis com significância estatística sendo que a regularidade de rendimento e o desemprego parecem ser os fatores que mais fortemente agem para alterar a vulnerabilidade das pessoas em relação a entrar na condição de pobre.

No caso da condição migratória, atributo que se postulava deveria ter impacto decisivo sobre a vulnerabilidade à pobreza, esta aparece com mais força em apenas alguns dos modelos em especial aqueles dois que utilizam como variável dependente a dicotomia entre “pobres” e “não pobres”. Ou seja, a condição migratória parece ser muito mais relevante para prever situações de grande brechas sociais (“pobre” e “não pobre”; “remediado” e “não pobres”), não sendo um bom preditor para situações de maior proximidade social carências como é o caso de pobres e remediados.

Infelizmente não foi possível demonstrar impactos significativos das variáveis relativas a ação de capital social sobre a condição de pobreza. Seja porque, como mostrado ao longo da análise, efetivamente não se percebia diferenças entre “pobres” e “não pobres” no que se refere à existência (ou não) desses elementos, seja porque os indicadores aqui utilizados (na verdade, os disponíveis no survey) não tenham sido o mais adequado ou, o que talvez seja mais relevante ainda, que tais questões não sejam passíveis de serem levantadas com eficácia em pesquisas do tipo cross-section, a verdade é que não foi possível qualquer resultado conclusivo sobre o impacto dessas dimensões sobre a pobreza.

No entanto, não deixa de ser relevante o fato de que a análise descritiva realizada mostra que existe uma maior prática entre os pobres do uso de estratégias envolvendo a ajuda, interação ou interferências de canais

relacionados as suas relações sociais sejam familiares, com amigos ou comunitárias.

Tendo em vista a grande desigualdade social existente no Brasil, bem como as constantes crises no mercado de trabalho nacional – este a grande e mais importante fontes de ativos – considera-se necessário seguir investigando mais a fundo, talvez com novos dados e metodologias de pesquisa, sobre o efetivo papel do capital social sobre a pobreza.

É bom que se frise que pensar assim não significa que se está, de maneira nenhuma, retirando do Estado – e transferindo para as famílias e comunidades - a maior responsabilidade na eliminação dessa grande chaga nacional. O que se pretende é simplesmente identificar brechas que poderiam mitigar essa questão enquanto governos (de todo o mundo), planejadores e legisladores não encarem esse problema de maneira séria e competente.

Bibliografia

Azevedo, S.J.S. , Segregação e Oportunidades de Acesso aos Serviços Básicos de Saúde em Campinas: vulnerabilidades sociodemográficas no espaço intra-urbano. 2009. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

Bourdieu, P. Efeitos de lugar. IN: Bourdieu, P. (org.) A miséria do mundo. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

BOYD, M. Family and personal networks in international migration: recent developments and new agendas. *International Migration Review*, New York, v.XXIII, n. 3, 1989.

CUNHA, J.M.P., OLIVEIRA, A. A. B. População e Espaço Intra-urbano em Campinas. In: HOGAN, D.J; BAENINGER, R.; CUNHA, J.M.P. da; CARMO, R.L. (Org.). *Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001. p.351-393.

_____; JAKOB, A.A.E; HOGAN, D.J.; CARMO, R.L.; A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas, In: CUNHA, J.M.P. da. (Org.). *Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*, ed. 1, Campinas: NEPO/UNICAMP, setembro 2006. p.143-168.

_____; JAKOB, A.A.E; JIMENEZ, M.A.; TRAD, I.L. Expansão metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da RM de Campinas, In: CUNHA, J.M.P. da. (Org.). *Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*, ed. 1, Campinas: NEPO/UNICAMP, setembro 2006.p.337-363.

_____; JIMENEZ, M. A.; Segregação e acúmulo de carências: localização de pobreza e condições educacionais na Região Metropolitana de Campinas, In: CUNHA, J.M.P. da. (Org.). *Novas Metrôpoles Paulistas: população,*

vulnerabilidade e segregação, ed. 1, Campinas: NEPO/UNICAMP, setembro 2006. p.365-398.

_____. Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. Campinas, 1994. 283f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

FERES, JC, MANCERO, X, El método de las necesidades básicas insatisfechas y sus aplicaciones em America Latina, Serie Estudios Estadísticos y Prospectivos, vol 7, p.17, CEPAL/ ECLAC, Santiago de Chile, 2001.

Galster, G., Killen, S., 1995. The geography of metropolitan opportunity: a reconnaissance and conceptual framework. Housing Policy Debate 6(1), 7-43.

Kaztman, R. ; Filgueira, F. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades” (AVEO), In: CUNHA, J.M.P. da. (Org.). Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação, ed. 1, Campinas: NEPO/UNICAMP, setembro 2006. p.67-94.

_____, R. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. Revista de la CEPAL, Santiago de Chile, n.75, p.171-189. dec.2001.

_____ et al. Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay. Santiago de Chile: OIT, 1999a. (Documento de Trabajo, 107)

_____ (Coord.). Activos y estructura de oportunidades. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay. Uruguay: PNUD-Uruguay e CEPAL-Oficina de Montevideo, 1999b.

_____. Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social. México: BID-BIRF-CEPAL, 2000. (Borrador para discusión. 5 Taller regional, la medición de la pobreza, métodos e aplicaciones). www.eclac.cl/deype/noticias/proyectos.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n.63, 2002.

KOWARICK (1991) Cidade e cidadania, cidadão privado e subcidadão público, São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação SEADE, 5(2):2-8, p. 2-8, abr./jun.1991.

Lago, L.C. Estruturação urbana e mobilidade espacial: uma análise das desigualdades socioespaciais na Metrôpole do Rio de Janeiro. São Paulo, 254f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Universidade de São Paulo, 2000.

MARQUES, E. Redes sociais e pobreza em São Paulo. São Paulo, 2007. Tese (livre-docência)– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, Eduardo e TORRES, Haroldo (org). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

MASSEY, D. et al. Return to aztlán. Berkeley: University of California Press, 1987.

- MATOS, R. E. S. A desconcentração populacional em Minas Gerais e as mudanças na Região-Core. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Caxambu. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 1994.
- RIGOTTI, J.I. e RODRIGUES, R. N. Distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Caxambu. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 1994.
- ROCHA, Sônia. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RODRIGUES, M. Mudanças na segregação espacial em Campinas e influência sobre as redes sociais de pobres urbanos. São Paulo, 2009, 119f. Dissertação de mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SOBREIRA, D.P.; CUNHA, J.M.P. A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos: o caso da mobilidade pendular na Região Metropolitana de Campinas em 2000. Anais..., XII Encontro Nacional da ANPUR. Belém, Pará, 2007.
- TILLY, C. Transplanted networks. In: YANS-MACLAUGHLIN, V. (Ed.). Immigration reconsidered: history, sociology and politics. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- TORRES, H. da G. et al. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. Estudos Avançados, São Paulo, v.17, n. 47, 2003.
- _____. "Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo". In: São Paulo, Estudos Avançados 17 (47), 2003.
- _____; MARQUES, E. Reflexões sobre a hiperferiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Recife, n.4, 2001.
- Wood, Charles. Equilibrium and historical perspectives on migration. International Migration Review, vol.16, n. 2, 1982